



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# A Industrialização no Brasil e o debate sobre a desindustrialização

Luís Antonio Paulino

**Como citar:** PAULINO, L. A. A Industrialização no Brasil e o debate sobre a desindustrialização. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p119-140. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p119-140>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E O DEBATE ATUAL SOBRE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

*Luís Antonio Paulino<sup>1</sup>*

## APRESENTAÇÃO

A luta pela industrialização do Brasil é um dos capítulos mais importantes da nossa história. País agrícola durante os quatro primeiros séculos de existência, o Brasil empreendeu ao longo do século XX grande esforço para se industrializar. Graças aos esforços de uma elite industrialista e modernizadora e à pesada intervenção do Estado a partir da década de 1930, o Brasil logrou, em cerca de 50 anos (1930-1980), transformar-se em um país industrial moderno, com um parque produtivo amplo e integrado.

Com a abertura comercial no início da década de 1990, toda a rede de proteção à indústria nacional até então existente foi retirada, em diversos casos de forma abrupta. Exposta à concorrência externa, parte da indústria brasileira, nomeadamente o setor eletroeletrônico, regrediu. Setores que apresentavam vantagens competitivas, alguns já relativamente internacionalizados e integrados em cadeias produtivas mundiais, como o setor automotivo e aeronáutico, se reestruturaram e mantiveram seu espaço. Finalmente, aqueles setores que se beneficiavam de vantagens comparativas naturais – como a indústria de mineração e de alimentos

---

<sup>1</sup> Doutor em Teoria Econômica, Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília.

– tiveram menos problemas para adaptar-se ao novo cenário e aumentaram sua participação relativa na produção industrial do País.

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, a política macroeconômica brasileira de combate à inflação baseou-se na manutenção de juros elevados, que na maior parte do tempo resultou em forte atração de capitais especulativos externos. Simultaneamente, a forte demanda mundial por commodities minerais e agrícolas das quais o Brasil é grande exportador elevou o valor e o volume das exportações brasileiras de bens primários, particularmente minério de ferro e o complexo soja (grão-óleo-farelo). Esses dois fatos, associados à desvalorização do dólar promovida pelos Estados Unidos contribuíram para a valorização da taxa de câmbio, que apenas no governo Lula valorizou-se em mais de 100% frente ao dólar.

Esse quadro resultou em importante mudança qualitativa no setor externo da economia brasileira: enquanto a cadeia do agronegócio, impulsionada pela demanda externa e pelos altos preços no mercado internacional, gerou um superávit comercial de cerca de US\$ 60 bilhões em 2010, a indústria de transformação apresenta sucessivos déficits. A indústria de transformação brasileira terminou 2011 com um déficit de US\$ 48,74 bilhões na balança comercial, o triplo dos US\$ 16,5 bilhões de saldo negativo em 2009, aprofundando um movimento de deterioração que vem de 2005, quando o setor registrou um superávit de US\$ 31,9 bilhões, que veio cedendo até transformar-se em déficit, em 2008, acirrando o debate sobre a desindustrialização do país (WATANABE, 2011).

O ministério da Indústria e Comércio do Brasil, preocupado com esse processo, aponta, em documento reservado intitulado “Desindustrialização, reprimarização e contas externas”, que a fatia da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) caiu de 30,1% para 25,4% em 2009, como consequência de um menor crescimento da indústria relativamente aos demais setores da economia. Segundo trechos do documento divulgados na imprensa, existe uma correlação estreita entre as oscilações do câmbio e as exportações de manufaturados. O documento conclui que o ritmo de crescimento das importações exacerbou o rombo nas contas externas do País, que não pode mais ser coberto por investimentos estrangeiros diretos, aumentando a dependência de capital especulativo (Landim, 2010).

## **MAURÍCIO CÁRDENAS, DO BROOKINGS INSTITUTE AFIRMA:**

O Brasil está se desindustrializando e se ‘commoditizando’. Se compararmos os BRICS, China e Índia estão se industrializando, enquanto o Brasil está se desindustrializando. Qual é o modelo? A China e a Índia produzem as manufaturas para os mercados globais e o Brasil as matérias-primas. Pode-se ter uma estratégia bem definida como produtor de commodities, como

a Noruega e o Chile. Mas, para uma economia tão grande como o Brasil, provavelmente seria melhor ter um sistema de desenvolvimento muito mais balanceado. (CÁRDENAS, 2010, p. B5).

Tal visão, contudo, está longe de ser consensual entre os economistas que estudam o assunto. Para Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda entre 1988 e 1989, não é possível falar em desindustrialização porque as empresas estão perto do limite de sua capacidade instalada (LANDIM, 2010).

Já para Bresser-Pereira, que também ocupou o cargo de ministro de Fazenda em 1987,

Observa-se, desde o início dos anos 1990, quando a abertura comercial e financeira eliminou os mecanismos que o país utilizava desde 1930 para neutralizar a doença holandesa, um redução da participação da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das commodities. Essa desindustrialização confirma a teoria da doença holandesa, que prevê esse acontecimento sempre que um país com recursos baratos dos quais derivam rendas ricardianas deixa de tomar as medidas necessárias para neutralizar a doença. Apesar de a doença holandesa, que afeta a economia brasileira, ser menos intensa ou menos grave do que a observada em países cuja produção é especializada em uma e/ou poucas commodities que geram expressivas rendas ricardianas, suas conseqüência, em termos de lenta desindustrialização são preocupantes. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2010, p. 207-208).

Não há consenso sobre o tema sequer no próprio governo. Ao comemorar o crescimento de 7,5% da economia brasileira em 2010, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, destacou que a alta de 10,1% no PIB industrial “[...] mostra que não há desindustrialização no parque fabril.” (RODRIGUES ; OTONI, 2011).

Se há ou não desindustrialização no Brasil é uma questão controversa, mas o fato é que a indústria brasileira, particularmente nos segmentos de alta e média tecnologia, perde espaço em ritmo acelerado para os produtos importados nos setores mais dinâmicos da indústria nacional.

Conforme se verifica no quadro abaixo, a balança comercial da indústria brasileira nos setores de alta tecnologia (aeroespacial; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos), média-alta tecnologia (material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos) e média-baixa tecnologia (construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos) apresentou, em 2011, um saldo negativo de US\$ 91,7 bilhões. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo saldo positivo de US\$ 42,9

bilhões no segmento de baixa tecnologia (outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados), mas não evitou que o saldo negativo total da indústria alcançasse o valor recorde de US\$ 48,7 bilhões, em 2011. (WATANABE, 2012)

Balança comercial da indústria brasileira em 2011  
Por intensidade tecnológica – em US\$ bilhões

Segmento	Exportação	Importação	Saldo
Alta	9,6	39,6	-30,0
Média-alta	42,6	94,6	-52,4
Média-Baixa	34,4	43,7	-9,3
Baixa	61,4	18,5	42,9
Total	148	196,8	-48,7

Fonte: IEDI, apud Watanabe, 2012.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), devido à abertura indiscriminada do setor na década de 1990, o número de empresas de componentes reduziu-se de 250 empresas para pouco mais de 50 (cf. Tamer, 2010). A importação de material eletrônico dobrou nos últimos seis anos e já responde por 56% do consumo nacional (Redher, 2011). Segundo Chade (2010), pelos dados oficiais de 70 governos, o Brasil apresentou a maior expansão de importações em 2010 entre os membros do G-20 e entre todas as economias que tiveram seus dados compilados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre dezembro de 2009 e setembro de 2010 as importações do Brasil subiram 46%, frente a 42% da Argentina, 25% da África do Sul, 20% da Itália, 14% dos EUA e 14% da China. O motivo principal, além do crescimento do mercado doméstico, foi a valorização do real frente ao dólar, que só no governo Lula apresentou uma valorização real de 111%.

## A LUTA PELA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

A industrialização do Brasil é um processo relativamente recente, que ganha impulso apenas em meados do século XX, mas as idéias industrialistas são bem mais antigas e já estavam presentes nas formulações políticas dos primeiros construtores do Brasil, como Tiradentes e José Bonifácio.

Na república dos Inconfidentes Mineiros as manufaturas constituiriam peças centrais da ordem econômica a ser implantada. Com a transferência da Família Real para o Brasil a indústria nacional deu os primeiros passos. Talvez inspirados nas manufaturas reais de Colbert, na França, Dom João e seus conselheiros esboçaram uma política industrial de caráter mercantilista que deu o impulso inicial ao processo. Destaque-se a figura de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, conselheiro do Príncipe Regente, que exercendo grande influência sobre os negócios portugueses, era da opinião que Portugal não constituía mais a parte essencial da monarquia portuguesa, ao passo que no Brasil havia “[...] a possibilidade de se criar um poderoso império.” (LUZ, 1961, p. 14)

Pelo alvará do 1.º de abril de 1808, o Príncipe Regente D. João concedia liberdade de indústria ao Brasil. Como, entretanto, a industrialização não se daria pela simples liberdade econômica, o Príncipe Regente foi instado a dar um passo à frente e o resultado foi a alvará de 28 de abril de 1809, que estabelecia isenção dos direitos aduaneiros às matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isenção de imposto de exportação para os produtos manufaturados do país e utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais (LUZ, 1961, p. 14-15).

Dois anos após, Portugal sucumbiu às pressões da Inglaterra e assinou um tratado conferindo às manufaturas inglesas uma tarifa preferencial de 15%, inferior à outorgada aos gêneros portugueses que pagavam 16%, entregando, assim às manufaturas inglesas o mercado brasileiro, naquilo que ficou conhecido como um dos “tratados desiguais” impostos pela Inglaterra a diversos países, inclusive, à China, com as “Guerras do Ópio”.

Só a partir de 1840. o processo de industrialização apresentou um caráter mais acentuadamente nacionalista. Expirado o prazo estabelecido dos tratados comerciais com os ingleses, apresentou-se na década de quarenta a oportunidade para se ensaiar uma nova política de proteção às indústrias brasileiras. Foi decretada, em 1844, a tarifa Alves Branco, que tributou em 30% a maioria dos produtos estrangeiros.

Nessa ocasião, entretanto, os esforços para favorecer a indústria nacional já não encontravam um ambiente tão favorável. O café já dominava, em meados do século, a economia brasileira e reforçava a crença no destino eminentemente agrícola do Brasil. Além disso, repousando o sistema tributário brasileiro fundamentalmente na renda alfandegária, a imposição de tarifas aduaneiras protecionistas diminuía o volume de importações, contrariando os interesses do fisco.

A primeira reação liberal contra os interesses da indústria ganhou expressão quando, em 1853, a comissão encarregada da revisão de tarifas posicionou-se contra o sistema protecionista que a tarifa Alves Branco havia estabelecido (LUZ, 1961, p. 22).

A campanha dos interesses agrícolas contra a indústria, responsabilizando a proteção da indústria pela inflação e carestia de vida, criou um ambiente pouco favorável à indústria nacional na opinião pública. Invocando a autoridade do Visconde de Cairu, divulgador das idéias liberais de Adam Smith no Brasil, se opinava que o Brasil devia restringir-se à agricultura e à indústria extrativa. Pioneiros da industrialização, como Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, viam com amargor o Império abraçar as idéias liberais de Cairu para proteger os interesses agrários. Por volta de 1860, na cidade do Rio de Janeiro, a maioria das fábricas não mais existia ou se encontrava em má situação.

Mas o movimento em favor da industrialização resistia. Liderada por Antônio Felício dos Santos, seguramente o maior líder de nosso industrialismo em seus primórdios, o manifesto da Associação Industrial se contrapôs aos argumentos e à política liberal do Segundo Império, afirmando que pela industrialização o Brasil obteria não só a independência econômica como resolveria seus principais problemas (LUZ, 1961, p. 61).

Na década de 1870, a Guerra Civil Americana e, principalmente, a Guerra do Paraguai, viria dar novo impulso à indústria nacional, principalmente à indústria de tecidos de algodão. Esse impulso, entretanto esvaneceu-se em meados da década quando a depressão econômica que já alcançara diversos países industriais alcançou o Brasil, levando à falência vários estabelecimentos de crédito, entre eles o Banco Nacional e o Banco Mauá. A orientação liberal levou o governo imperial a negar apoio aos empreendimentos em dificuldade, como o Banco Mauá. Caso típico foi o da indústria têxtil Brasil Industrial, fundada no boom que se seguiu à Guerra do Paraguai, e que era comparada às fábricas Lowell dos Estados Unidos. Com sérias dificuldades, a Brasil Industrial buscou ajuda do governo, que resolveu não auxiliá-la.

A extinção da escravidão e a necessidade de amparar, por meio de créditos a influente classe dos ex-proprietários de escravos levou o governo imperial a adotar uma política de facilitação de créditos e aumento do meio circulante. Essa política levou a uma expansão dos negócios que se traduziu pela formação de inúmeras empresas comerciais e industriais (LUZ, 1961, p. 97).

Proclamada a República, as idéias a favor da indústria ganharam novo impulso. Acreditava-se que a base econômica de sustentação da república deveria ser a indústria, por causa dos compromissos existentes entre a lavoura e o governo imperial. Expressando essas idéias Rui Barbosa afirmava:

No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação com toda a soma da atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia inteligente e independente, que pudesse perturbar a posse mansa e pacífica do poder, que constituía para os privilegiados uma verdadeira exploração. Não é assim no sistema republicano. A república

se consolidará entre nós em bases seguras, quando o seu funcionamento repousar sobre a democracia do trabalho industrial, peça necessária para o mecanismo do sistema, que trará o equilíbrio conveniente para o seu regular funcionamento. (LUZ, 1961, p. 106)

O movimento a favor da industrialização do Brasil apresentou três fases distintas na Primeira República: a do industrialismo na primeira década republicana; a grande ofensiva protecionista do início do século, que morreria em 1907, com o abandono do projeto protecionista de João Luís Alves; e a fase de consolidação em que a indústria, já firmemente entrincheirada na política nacional, vai defender suas conquistas contra os adversários que a acusavam de ser responsável pela carestia de vida de que o país sofria.

Na primeira fase, na seqüência do movimento de expansão do crédito dos anos finais do Império, multiplicaram-se as empresas e uma espécie de loucura financeira apoderou-se do país. A essa fase de especulação desenfreada deu-se o nome de encilhamento. Embora seja geralmente descrito como período de intensa especulação, o episódio do encilhamento teve aspectos positivos. Conforme observa Suzigan:

Em primeiro lugar, foi uma tentativa de romper com a tradicional estrutura agrária identificada com o regime imperial e a chegada de nova era do progresso baseada no desenvolvimento industrial. Em segundo, a expansão do estoque de moeda e as facilidades de crédito estimularam efetivo aumento no investimento industrial, fundando-se novas e maiores fábricas de tecidos de algodão e expandindo-se as existentes. Finalmente, a própria crise teve aspectos positivos ao estimular uma campanha pró-apoio governamental à indústria de transformação, que resultou num empréstimo especial de 100.000 contos para a indústria em 1892, também em prol de maior proteção à indústria. (SUZIGAN, 2000, p. 49).

Levados pelo entusiasmo, as fábricas fizeram fantásticas encomendas de maquinaria e aparelhamento no exterior. As conseqüências desse excessivo otimismo não se fizeram esperar e a falsa riqueza produzida pela abundância de papel-moeda não tardou a desmoronar. Por ocasião do golpe de estado do Marechal Deodoro, em 3 de novembro de 1891, pouco ou nada mais subsistia do entusiasmo e confiança inicial e já a crise era um fato consumado (LUZ, 1961, p. 100).

Novamente dúvidas surgiram sobre a viabilidade do destino industrial do Brasil juntamente com as primeiras manifestações contrárias à direção que o desenvolvimento industrial brasileiro estava seguindo. A questão do auxílio à indústria, suscitou, em 1892, acalorada discussão. No Senado, o representante de São Paulo, Rangel Pestana, abriu o debate contrário ao auxílio, alegando que seu simples anúncio já havia provocado em Londres a queda dos títulos brasileiros, prejudicando a lavoura (LUZ, 1961, p. 103).



Isso não impediu, contudo, que o apoio da república continuasse. Em 1896, a comissão encarregada da revisão de tarifas, expressando o pensamento de Serzedelo Correa, manifestava uma orientação marcadamente nacionalista e procedeu à reforma tendo em vista dois grandes argumentos a favor de uma política protecionista – da vulnerabilidade de nossa economia baseada na exportação de uns poucos produtos agrícolas e do desequilíbrio da nossa balança comercial.

Os problemas econômicos do país relacionados com o câmbio e o custo de vida fizeram, entretanto, avolumarem-se as hostes contrárias à industrialização. Em 1899, inaugura-se o Governo Campos Sales, com o médico Joaquim Murinho no Ministério da Fazenda. Inicia-se uma política de saneamento financeiro e do meio-circulante que prejudicou a indústria. Acusava-se a política de Campos Sales e de Joaquim Murinho de ter saneado as finanças nacionais à custa do fechamento de fábricas. O problema nacional não era apenas financeiro, mas, sobretudo, econômico, diziam seus críticos, e sua superação estava na industrialização do país.

Esse movimento em favor da indústria nacional congregou industrialistas fervorosos como Serzedelo Correa, Barata Ribeiro, Lauro Müller, Osório de Almeida, no Rio de Janeiro, e Nilo Peçanha, João Pinheiro, Francisco Sales e João Luís Alves, em Minas Gerais. Por essa ocasião, a indústria paulista começou a participar também do movimento, mas os líderes paulistas de então, como Bernardino de Campos, defendiam principalmente a agricultura.

Contra os interesses da indústria, entretanto, conjuravam os interesses da agricultura associados aos do fisco, tendo à frente o então ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões. A luta contra a indústria não cessava. A opinião pública responsabilizava a indústria nacional pelo encarecimento do custo de vida. O movimento de resistência contra o protecionismo, até então restrito aos interesses da lavoura, ganhou um novo aliado com a crescente urbanização, atingindo também a população urbana que responsabiliza a política protecionista pelo encarecimento do custo de vida.

Foi nesse ambiente de debate apaixonado a respeito da política protecionista brasileira que teve início a Primeira Guerra Mundial, salvando momentaneamente a indústria nacional. São Paulo, particularmente, foi beneficiado pelo novo surto industrial, principalmente a indústria de tecidos, de calçados e de chapéus. O comércio importador, entretanto, apoiado na massa de consumidores, continuaria a combater tenazmente a indústria nacional (LUZ, 1961, p. 145-146).

Terminada a guerra, o momento foi considerado oportuno, pelo governo, para tentar nova revisão da pauta alfandegária. Em 1919, o ministro da Fazenda, Homero Batista, apresentou seu projeto confrontado os interesses da indústria. Já consolidada, a indústria resistiu. Toda a bancada paulista apoiou o voto contrário

emitido pelo representante de São Paulo no Congresso, Rodrigues Alves. Até mesmo uma proposta mais branda apresentada na Câmara em substituição ao projeto de Homero Batista foi rejeitada.

Para defender melhor seus interesses, os industriais de São Paulo organizaram-se independentemente do comércio, fundando, em 1928, o Centro das Indústrias de São Paulo. A fundação do Centro veio revelar um novo líder, não só da classe, mas do pensamento industrial brasileiro: Roberto Simonsen. No seu discurso inaugural, Simonsen, invocando os princípios da ciência econômica, reafirmava os fundamentos nacionalistas da nossa política industrial, segundo a qual o Brasil só realizaria a sua independência econômica,

[...] possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura de seu desenvolvimento agrícola”, pois “a grande indústria por toda parte do mundo em que se instala traz como corolários o aumento de salários, o barateamento relativo de produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo. (LUZ, 1961, p.155).

O que havia de novo no pensamento de Roberto Simonsen era o seu conceito da função social da indústria. Mas os interesses que a indústria nacional deveria enfrentar eram poderosos. Em maio de 1930, chega ao distrito de Pedra, município de Água Branca, extremo oeste de Alagoas, uma equipe de demolidores. Sua missão: destruir a marretadas um grande número de máquinas inglesas ali instaladas, numa grande fábrica. Depois, transportar os destroços em carretas puxadas por juntas de boi até a Cachoeira de Paulo Afonso, distante 20 quilômetros, e jogar tudo penhasco abaixo. Terminava ali o sonho de Delmiro Gouveia, empreendedor nordestino, pioneiro da eletrificação no Nordeste, de instalar um grande empreendimento industrial genuinamente nacional no Nordeste do Brasil. Sua fábrica – a Linhas Estrela – depois de sofrer uma terrível guerra comercial da concorrente inglesa, a *Machine Cotton* (depois *Linhas Corrente*), que chegou a vender o produto importado pela metade do preço cobrado na Inglaterra para quebrar a concorrente nacional, foi adquirida pela firma inglesa e imediatamente destruída. O empreendedor nordestino não viveu para ver o fracasso de seu sonho. Em circunstâncias até hoje não totalmente esclarecidas foi assassinado em 10 de outubro de 1917.

O governo liberal de Washington Luís, empenhado em estabilizar a moeda e contando para isso com os banqueiros ingleses, assistiu impassível ao massacre da indústria nacional, pressionado pelo embaixador britânico Henry Lynch, que teria advertido o presidente brasileiro que qualquer medida de proteção à indústria nacional seria considerada um ato de hostilidade ao capital inglês. Como observa Luz,

Ao considerar-se a política industrial do Brasil nesse meio século que permeia a última década do regime imperial e a queda da Primeira República, cinco momentos característicos de sua evolução são discerníveis: a dos últimos

gabinetes do Império, quando se esboçou uma política de amparo à produção nacional, visando, em particular, o aproveitamento dos recursos naturais do país; - as experiências de Rui Barbosa, ao proclamar-se a República; o período de 1891 a 1898, caracterizado pelas tentativas de oposição ao industrialismo implantada pela República, pela resistência desse industrialismo e finalmente, pela sua derrota com a política financeira de Campos Sales; - a vitória, durante a primeira década do século XX, da política fiscal do governo, em relação à tarifa aduaneira, fazendo-se, entretanto, concessões à indústria, concessões que se consubstanciaram em duas medidas principais – a cobrança em ouro dos direitos importação e a manutenção do câmbio em taxas relativamente baixas; - e, por fim, a partir de 1909, uma fase caracterizada pelas tentativas de se inaugurar um novo industrialismo cujos alicerces deveriam repousar na existência de indústrias básicas, particularmente a siderurgia. (LUZ, 1961, p. 157).

O modo como o Brasil enfrentou a grande depressão de 1930, que atingiu toda a economia mundial a partir do colapso da bolsa de valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, constitui-se em um importante estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro a ponto deste ano ser considerado uma espécie de divisor de águas no desenvolvimento industrial do País. A política de defesa do café adotada pelo governo, ao permitir a manutenção da renda interna num momento de colapso do comércio internacional permitiu que a taxa de câmbio fosse fortemente depreciada (54%, em 1931, e 108%, até 1935 relativamente a 1928-1929), estabelecendo um novo nível de preços relativos com base no qual se realizou a industrialização substitutiva de importações da década de 1930.

No plano político, o fim da Primeira República e a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, em uma nova articulação de forças sociais, onde a classe média representada no movimento tenentista passou a ter grande expressão na burocracia estatal, fez o prato da balança governamental pender mais acentuadamente em direção ao setor industrial.

O desenvolvimentismo foi a ideologia predominante nesse período. Conforme define Bielschowsky, o desenvolvimentismo “[...] é o “projeto” de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e de decidido apoio estatal.” (BEILSCHOWSKY, 1988, p. 39). Conforme destaca o referido autor, a partir do conceito de desenvolvimentismo é possível definir as correntes de pensamento econômico brasileiro dos anos 1945/64 em três correntes distintas: a neoliberal, a desenvolvimentista e a socialista.

O maior expoente da corrente neoliberal, cuja principal característica era a de defender a primazia das forças de mercado como meio de atingir a eficiência econômica, foi Eugênio Gudin. Três aspectos caracterizam a posição dessa corrente de pensamento: eram partidários da redução da intervenção do Estado na economia; a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos

seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e eram contrários a medidas de suporte ao projeto de industrialização (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 44).

Conforme desta Bielschowsky, o desenvolvimentismo “foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral como forma de superação do atraso e da pobreza brasileiros.” (Bielschowsky, 1988, p. 91). Entre as figuras públicas mais identificadas com a política desenvolvimentista no Brasil destaca-se a o Presidente Getúlio Vargas, em cujo governo foram tomadas as iniciativas mais importantes para a consolidação industrial do Brasil, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobrás e do BNDE. Os desenvolvimentistas de vários matizes tinham em comum o propósito de formar um capitalismo industrial moderno no país e a perspectiva de que, para isso, era necessário planejar a economia e proceder a distintas formas de intervenção governamental (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 91).

No setor privado seu principal expoente foi Roberto Simonsen, o maior líder industrial brasileiro. Simonsen foi um grande ideólogo do desenvolvimentismo no Brasil. No setor público é preciso destacar figuras como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accoily Borges. Dentre todos, entretanto, Celso Furtado foi o grande expoente da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 153-154).

Os desenvolvimentistas nacionalistas defendiam a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham uma decidida inclinação pela ampliação da intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integradas, na medida do possível, num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos. Consideravam, ainda, que a acumulação de capital nos setores estratégicos não podia aguardar a iniciativa e o arbítrio do capital estrangeiro e necessitava de controle e comando interno de agentes capitalistas nacionais. Nos demais setores industriais, porém, o capital estrangeiro era bem vindo pelos desenvolvimentistas nacionalistas (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 152).

À esquerda da corrente desenvolvimentista situava-se a corrente socialista cuja reflexão econômica se fazia a partir da perspectiva da revolução brasileira ou da transição para o socialismo. Essa corrente era formada por intelectuais ligados ao Partido Comunista. Caio Prado Jr. foi um dos principais intelectuais dedicados à divulgação da análise marxista no Brasil. “O problema fundamental que dominou a reflexão dos socialistas foi o da compreensão da etapa revolucionária em que o país vivia, e o da definição da plataforma de lutas adequada à etapa.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 215).

É preciso considerar finalmente, o pensamento independente de Ignácio Rangel que, segundo Bielschowsky, “[...] foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro.” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 247). A tese da dualidade é o principal elemento organizador de seu pensamento. O ponto fundamental dessa tese é que a dinâmica da economia brasileira distingue-se dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que o país mantém com as economias centrais (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 251).

O golpe militar de 1964 interrompeu um período contínuo de quase vinte anos de democracia no Brasil. Inaugurou um novo período que, para os propósitos da presente análise, encerra aspectos contraditórios. De inspiração conservadora, o governo militar limitou duramente as liberdades políticas mais elementares por mais de duas décadas. No plano econômico, as primeiras medidas adotadas pelo novo regime eram de inspiração neoliberal. Assumiram a área econômica do novo governo economistas que se opunham frontalmente à corrente desenvolvimentista no período anterior. Sua expressão maior foi Roberto Campos. Tendo iniciado sua carreira profissional como um quadro do governo identificado com a corrente desenvolvimentista não nacionalista, Roberto Campos tornou-se um grande expoente da corrente neoliberal, ao lado de Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões. E foi sob a inspiração desse pensamento que o governo militar implantou as primeiras medidas econômicas, tendo como fio condutor o saneamento das finanças públicas e a remoção das medidas contrárias ao capital estrangeiro tomadas no período anterior.

O aspecto contraditório desse período, entretanto, reside no fato de que se a orientação anticomunista do governo, no contexto da Guerra Fria, o inclinava a adotar uma postura econômica liberal de inspiração norte-americana, a tradição nacionalista das forças armadas acabou por levar o governo a adotar uma série de medidas de proteção e de estímulo à indústria nacional. Destaque-se que essa virada nacionalista no governo militar deu-se sob a influência do Marechal Arthur da Costa e Silva, que assumiu a presidência após a morte do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, falecido em acidente aéreo,

O período em que tal orientação nacionalista desenvolvimentista se tornou mais clara foi o do governo do General Ernesto Geisel, quando se implantou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Foi um período de grande estímulo ao desenvolvimento da indústria nacional de base, particularmente no setor petroquímico, energia e bens de capital.

O fim do regime militar com a eleição de Tancredo Neves e a posse de José Sarney, como primeiro presidente civil depois de vinte e um anos de regime

autoritário, inaugurou um novo período de plena democracia no País. O ponto alto foi a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, que restaurou no País as mais amplas liberdades democráticas. Assim como o governo militar manteve certos traços desenvolvimentistas-nacionalistas durante todo o regime de exceção, o governo Sarney adotou uma política econômica que manteve, no essencial, a mesma orientação nacionalista desenvolvimentista. Iniciou-se, então, um intenso debate em torno da política industrial brasileira, particularmente sobre a necessidade de se corrigir certos excessos protecionistas que tinham levado à acomodação de setores industriais considerados estratégicos num momento de grandes transformações tecnológicas, particularmente na área da microeletrônica e da informática.

Com a eleição, em 1990, de Fernando Collor, a orientação desenvolvimentista nacionalista da política econômica brasileira deu um giro de 180 graus. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a eliminação do chamado Anexo C da CACEX que proibia ou dificultava a importação de uma série de produtos com similar nacional. Promoveu-se uma radical abertura comercial da economia. As medidas protecionistas, que criavam reservas de mercado para as empresas nacionais em setores considerados estratégicos, como a área de informática, foram totalmente eliminadas. Setores antes reservados exclusivamente ao capital nacional, como energia e telecomunicações, foram abertos ao capital estrangeiro. Deu-se início ao processo de privatização de empresas estatais que atuavam, praticamente em regime de monopólio, em setores antes considerados estratégicos, permitindo-se, inclusive, a participação do capital estrangeiro na aquisição dessas empresas.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o processo anterior de liberalização da economia prosseguiu. Decretou-se, retoricamente, o fim da era nacionalista desenvolvimentista, a chamada “Era Vargas”. A criação e a adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio – OMC reforçou a nova orientação. A inclusão dos chamados novos temas, entre os quais a proteção dos investimentos e da propriedade intelectual no âmbito dos acordos de comércio internacional, funcionou como uma trava externa à adoção de políticas industriais protecionistas. Mesmo no governo de Fernando Henrique, entretanto, não havia unanimidade sobre o tema. Criou-se no seio do governo uma polêmica entre os chamados desenvolvimentistas, cuja expressão maior era então ministro da Saúde, José Serra, e os chamados neoliberais, aglutinados em torno do ministro da Fazenda Pedro Malan e da equipe dirigente do Banco Central.

A eleição do presidente Lula, em 2003, num primeiro momento não trouxe mudanças importantes no rumo da política industrial brasileira. A prioridade dada à manutenção da estabilidade de preços e a influência das idéias liberais na equipe econômica do primeiro governo Lula, no ministério da Fazenda e no Banco Central, deixou pouco espaço para mudanças significativas na orientação da política

industrial do governo. Continuou-se a priorizar as chamadas políticas horizontais, de caráter genérico, em prejuízo das políticas verticais adotadas no passado e destinadas a desenvolver setores industriais específicos considerados estratégicos pelo governo.

Embora a taxa de juros tenha apresentado trajetória de baixa e a desconfiança do mercado em relação ao governo Lula tenha contribuído, inicialmente, para desvalorização do real frente ao dólar, melhorando assim a competitividade da indústria brasileira, que também se beneficiou da situação internacional favorável, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar retomou a trajetória de valorização. Ao final do governo Lula estava ainda mais valorizada do que no início do plano Real, em 1994.

Apenas nos oito anos do governo Lula, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar apresentou uma valorização real de 111%. Contribuíram para isso três fatores. Primeiro, a manutenção das taxas de juros no Brasil em patamares relativamente elevados em relação ao resto do mundo atraiu grande volume de capital especulativo externo. Descontada a projeção inflação para os próximos 12 meses, a taxa real de juros no Brasil em janeiro de 2011 era de 5,5%, a mais alta do mundo, contra 1,9% da Austrália, a segunda colocada; isso para não falar das taxas negativas na maioria dos países desenvolvidos (-1,2% nos Estados Unidos; -3,1% na Inglaterra; zero no Japão; -07% na Alemanha) (MODÉ, 2011). Em segundo lugar, a elevação dos preços internacionais das commodities minerais e agrícolas, principais produtos de exportação do Brasil. Finalmente, política norte-americana de desvalorização do dólar para recuperar a indústria dos EUA da crise de 2008.

Todos esses fatores somados contribuíram para a perda de competitividade da indústria brasileira frente aos concorrentes externos tanto no mercado local quanto em terceiros mercados. Embora a valorização do câmbio afete a rentabilidade e a competitividade das exportações como um todo, no caso das commodities agrícolas e minerais o efeito é menos intenso, uma vez que as perdas causadas pela valorização do câmbio foram mais que compensadas pela alta dos preços internacionais. Já no caso da indústria, ocorre exatamente o oposto, uma vez que a crise de 2008 criou um excesso de oferta de produtos manufaturados no mundo, pressionando os preços para baixo. Com preços mais baixos e câmbio valorizado, as exportações de manufaturas brasileiras foram duramente afetadas. No sentido oposto as importações brasileiras apresentaram a maior alta entre os 70 países avaliados pela OMC: 46% no período de dezembro de 2009 a setembro de 2010. Segundo estudo da Abimaq, as compras externas de veículos, máquinas, equipamentos e eletrônicos cresceram 177% entre 2004 e 2010 (REHDER, 2011).

Impotente para alterar a trajetória de valorização da taxa de câmbio, o governo Lula lançou, em 2008, uma série de medidas de incentivo à indústria, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). O PDP foi, na verdade, o segundo

plano industrial do governo Lula, uma vez que, em 2004, o governo já havia lançado o PITCE (Política Industrial e de Comércio Exterior). Tanto um quanto outro plano, embora tenham representado uma mudança importante em relação à rejeição explícita do governo FHC pela adoção de políticas industriais, não conseguiram neutralizar os dois grandes problemas enfrentados pela indústria brasileira: a taxa de câmbio valorizada e a elevada carga tributária.

Dentre as quatro principais metas do PDP: elevar, até 2010, a taxa de investimento para 21% do PIB, elevar o gasto privado em P&D para 0,65% do PIB, aumentar em 10% o número de micro e pequenas exportadoras e elevar a fatia brasileira nas exportações mundiais para 1,25%, apenas a primeira foi plenamente alcançada. Os gastos em P&D do setor privado continuam estacionados em 0,5% do PIB, o número de micro e pequena empresas exportadoras caiu 4% em 2009 e a participação brasileira pode alcançar 1,35% do total das exportações mundiais, mas puxada exportação de produtos primários (RODRIGUES, 2010).

É importante destacar, contudo, que o PDP-2008 teve o mérito de promover o retorno da indústria à agenda das políticas públicas, ao definir programas estruturantes em 26 setores da indústria divididos em programas mobilizadores em áreas estratégicas: complexo industrial da saúde, tecnologias de comunicação e informação, energia nuclear, complexo industrial de defesa, nanotecnologia e biotecnologia; programas para consolidar a liderança nos setores do complexo aeronáutico, petróleo, gás natural e petroquímica, bioetanol, mineração, siderurgia, celulose e papel e programas para fortalecer a competitividade: complexo automotivo, bens de capital, têxtil e confecções, madeira e móveis, higiene, perfumaria e cosméticos, construção civil, complexo de serviços, indústria naval e de cabotagem, couro, calçados e artefatos, agroindústrias, biodiesel e plásticos.

Definiu também os instrumentos de apoio em quatro linhas: incentivos (incentivos fiscais, crédito, capital de giro e subvenção econômica) por meio de desoneração tributária, BNDES: Finame, Proforma; poder de compra do Estado (compras da administração direta e de empresas estatais); regulação (técnica, econômica e comercial) e apoio técnico: certificação e metrologia, promoção comercial, propriedade intelectual, capacitação de recursos humanos e capacitação empresarial (Inmetro, programas de certificação).

#### O debate sobre desindustrialização no Brasil

O debate em torno do tema desindustrialização no Brasil é bastante controvertido. Conforme destacou a “Carta do IBRE”, “Uma das questões mais instigantes do debate econômico brasileiro refere-se à existência ou não de um processo de redução da participação relativa da indústria na economia.” (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2010)



Para os defensores da tese da desindustrialização da economia brasileira, a origem do fenômeno estaria principalmente na valorização da taxa de câmbio, que ao elevar o valor em dólares das manufaturas nacionais, leva à perda de competitividade da indústria, não apenas nas exportações, mas também no próprio mercado interno. Tal processo teria ganhado força com a valorização do câmbio em momentos como o que se seguiu ao Plano Real, devido às elevadas taxas de juros, que atraem grande volume de capital externo especulativo. No governo Lula essa tendência se manteve não só porque os juros, apesar de um pouco mais baixos ainda se mantiveram muito acima da média mundial, como também porque o aumento das exportações e a elevação dos preços internacionais das commodities que o país exporta também contribuíram para a valorização da moeda brasileira.

Na literatura econômica, o processo de desindustrialização provocado pela valorização do câmbio decorrente da exportação de commodities é conhecido como “doença holandesa”. Segundo Bresser-Pereira.

A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge todos os países em desenvolvimento que dispõem de recursos abundantes e baratos. Esses recursos dão origem a uma “renda ricardiana”, ou seja, uma renda que não decorre da produção mais eficiente, mas de diferenciais de produtividade originados nos recursos naturais do país. Quando um país sofre da doença holandesa, a taxa de câmbio que equilibra sua conta corrente é mais apreciada que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”, ou seja, do que a taxa de câmbio que torna viável a produção de bens comercializáveis que empregam tecnologia no estado da arte. Dependendo da gravidade da doença holandesa, ela pode inviabilizar completamente a indústria de um país, o que ocorre com muitos produtores de petróleo. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.8)

Economistas respeitados, como Bresser-Pereira, atribuem à “doença holandesa” o processo de desindustrialização em curso no Brasil. A valorização do câmbio provocada pela entrada de divisas decorrentes da venda de commodities agrícolas e minerais, cujos preços passam por um ciclo de alta no mercado internacional, que, segundo alguns analistas, pode estender-se por um ciclo de 15 a 20 anos, estaria inviabilizando a exportação de manufaturas e tornando o país dependente da exportação desses poucos produtos, principalmente minério de ferro, soja e algumas outras commodities minerais e agrícolas. Como já observamos anteriormente, enquanto o déficit comercial da indústria de transformação ultrapassou, em 2011, os US\$ 48 bilhões, o agronegócio sozinho gerou um superávit de mais US\$ 60 bilhões.

Exemplos para ilustrar a tese da desindustrialização não faltam. O aumento das importações no consumo nacional é um fato incontestado: entre 2003 e 2010 a participação da importação no consumo brasileiro aumentou de 12,5% para 22,7% (cf. Rehder, 2011). Diversas empresas brasileiras já transferiram ou

cogitam transferir parte de sua produção para outros países ou até fechar unidades no Brasil em função do real valorizado e do elevado custo de produção no Brasil. A Vulcabrás Azaléia, tradicional fabricante brasileira de calçados, decidiu montar uma fábrica de calçados no Oriente, possivelmente na Índia, para poder exportar para os países da América Latina, incluindo mesmo o Brasil. Ganhou destaque na imprensa também a decisão da Philips de fechar, em janeiro de 2011, a fábrica de lâmpadas automotivas que mantinha há 43 anos no Recife e abastecer o mercado brasileiro com produtos importados de suas unidades na Europa e na Ásia. Outro caso foi a o da maior fabricante mundial de laminados de alumínio, a americana Novelis, primeira indústria de alumínio a se instalar no Nordeste, em 1972, e que fechou sua fábrica em Aratu, na região metropolitana de Salvador, às vésperas do Natal de 2010, demitindo 500 pessoas, alegando estar operando há dois anos com prejuízo em função do câmbio valorizado e do alto custo da energia elétrica, que representa 35% do custo do produto acabado e que subiu 51% em seis meses (REHDER, 2011).

Conforme se observa na tabela abaixo, no período 1998-2008, o Brasil foi, dentre as principais economias emergentes, a que apresentou menor crescimento no valor adicionado da indústria de transformação, enquanto a China, a Índia e Coréia foram os países que mais aumentaram, confirmando assim a tendência já apontada acima de que a China e a Índia se especializam na produção de manufaturas para os mercados globais e o Brasil vai se conformando com o papel de fornecedor de matérias-primas.

Taxa média de crescimento anual

(em percentagem)

Países selecionados no período 1998-2008

	PIB	Valor adicionado da indústria de transformação
China	9,92	10,93
Índia	6,98	9,49
Malásia	4,37	5,05
Filipinas	4,32	3,60
Polónia	4,30	7,18
Coréia	4,20	7,44
África do Sul	4,05	3,47
Grécia	3,88	4,57

Hungria	3,87	5,67
Turquia	3,77	3,69
Chile	3,72	2,53
Venezuela	3,29	2,25
Colômbia	3,26	2,80
Argentina	3,21	2,57
México	3,13	2,57
Brasil	3,07	2,06

---

Fonte: Rehder, 2011, p. B3.

A propósito dessa questão, Pochmann afirma:

No caso brasileiro nota-se que a valorização de sua moeda nacional estanca a alta dos preços internacionais, embora pareça aprofundar ainda mais a heterogeneidade de sua estrutura produtiva, com decréscimo relativo na vantagem comparativa da manufatura e serviços de maior valor agregado em relação ao setor primário-exportador. Como resultado, constata-se que em relação à China, por exemplo, o Brasil conseguiu multiplicar as exportações por quase três vezes entre 2005 e 2009 com base na expansão relativa da presença de produtos primários (minério de ferro, soja, madeira, entre outros) que passou de 65% para 79,2% do total da pauta do comércio exterior. (POCHMANN, 2010, p. A17)

Apesar de se observar uma tendência das economias desenvolvidas tornarem-se cada vez mais economias de serviços, reduzindo a participação relativa da indústria no PIB, assim como no passado a agricultura perdeu espaço para a indústria, muita gente se pergunta se não seria prematura essa transição no caso brasileiro, particularmente quando se constata certa “reprimarização” de sua pauta de exportações. A esse respeito Souza pondera:

Deve-se considerar que a indústria de transformação sempre assumiu um papel preponderante no crescimento econômico dos países hoje considerados desenvolvidos e continua desempenhando e continua desempenhando esse papel nos países emergentes. De fato constata-se que, em países cuja média das taxas de crescimento anual foi igual ou superior a 5% entre 1970 e 2007, há um aumento da participação da indústria de transformação em suas estruturas produtivas. Os destaques ficam por conta das economias asiáticas, sobretudo China e Coréia do Sul. (SOUZA, 2011, p. B3).

Apesar das evidências apontadas, estamos muito longe de um consenso sobre o assunto. A já citada “Carta do Ibre” afirma:

Quando se olham os dados de mais longo prazo nota-se, grosso modo, que a parcela da produção da Indústria de Transformação no PIB brasileiro saiu de 20%, em 1947, para um pico de 36%, em 1985, quando medida a preços correntes. A partir daí, com várias oscilações, ela caiu para algo em torno de 16% do PIB, em 2008. Como se vê, uma primeira imagem que se tem é de perda de participação da indústria. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Pouco adiante pondera:

A análise do emprego na Indústria de Transformação como parcela da população ocupada, porém, mostra outro resultado. Há na verdade, um aumento relativo do emprego industrial, que passa de 12,8% do total, em 1992 (ano de recessão), para 14,4%, em 2008, tomando como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). [...] Em relação à evolução do investimento fixo, também não há evidência de desindustrialização no período recente, Entre 1996 e 2008, houve um forte aumento, de 14,4% para 18,5%, da participação do investimento na Indústria de Transformação na formação bruta de capital fixo (FBCF). (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Sugere então partir para a comparação com as médias internacionais. Tomando um grupo de 185 países, de 1970 a 2007, com o propósito de compor um panorama global da participação da indústria no PIB, o documento conclui que:

Um primeiro resultado que chama atenção é a queda mundial, em termos relativos, do produto industrial, que saiu de 25% do PIB mundial, em 1970, no conjunto dos países, para menos de 17%, em 2007. [...] A se levar em conta esse estudo, portanto, a resposta à questão sobre a desindustrialização no Brasil é que, em termos relativos, ela não existe. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

Ao considerar, entretanto, o fato e que o Brasil está entrando numa fase de déficits em conta corrente com tendência de perdurar vários anos na casa dos 2,5% do PIB, reconhece que é natural que ressurjam preocupações sobre o impacto da moeda forte no setor industrial e pondera:

Assim, se até 2008 não havia evidência de desindustrialização no Brasil, será que a valorização adicional da moeda nos dois últimos anos, associado a “efeito China”, pode ter sido a gota d’água para deslanchar aquele processo indesejável? [...] Os dados apontam, porém, que, depois do ano atípico de 2009, o comércio exterior de manufaturados do Brasil não retornou, com a maior parte dos outros indicadores, ao padrão de 2008, o que é preocupante. [...] Mesmo que seja cedo para um diagnóstico definitivo, o comportamento divergente das manufaturas no comércio exterior no período pós-crise chama atenção, e merece estudo mais aprofundado. Seria prematuro decretar que o Brasil sofre de desindustrialização. Essa é uma preocupação antiga, e os dados, até pelos menos 2008, não a corroboram. Por outro lado, no período mais recente e, especialmente, na saída da turbulência global, há sinais de possível perda de competitividade industrial. Não se trata de uma sangria

desatada, e reações precipitadas – especialmente no sentido de alterar o regime macroeconômico e o cambial – seriam certamente equivocadas. Mas parece que ser o momento de examinar o problema de forma mais rigorosa. (CONJUNTURA ECONÔMICA, ago. 2010, p. 8-12).

## CONCLUSÃO

Apesar das evidências apontadas, o debate sobre a desindustrialização não é conclusivo. Visto em perspectiva histórica e estrutural, tendo como pano de fundo as tendências mundiais, não é possível afirmar que ocorra no Brasil um processo de desindustrialização. Talvez fosse mais adequado falar, como destaca estudo da Apex “A balança comercial brasileira: perspectiva e desindustrialização”, o que se observa é

[...] uma acomodação da indústria nacional em um ambiente de demanda interna crescente, insegurança econômica internacional e perda de rentabilidade das exportações. (MONTEIRO, 2011, p. 30-310).

Entretanto, quando se observa o processo em uma perspectiva dinâmica, as mudanças que ocorrem na margem são preocupantes. Talvez menos porque esteja havendo um processo de desindustrialização *stritu senso* da economia brasileira e mais porque se constate um acelerado processo de perda de competitividade da indústria nos setores mais dinâmicos da economia mundial, particularmente os de alta e média-alta tecnologia.

O fato de estar havendo certa “reprimarização” das exportações brasileiras, não significa necessariamente que o mesmo processo esteja ocorrendo com toda a produção interna. É preciso considerar, contudo, que em uma economia global cada vez aberta, há uma tendência inexorável de internacionalização da produção em praticamente todos os setores de atividade, de forma que manter uma estrutura produtiva dual, produzindo commodities e matérias-primas para exportação e bens manufaturados para o mercado interno é algo totalmente implausível. Nesse caso podemos certamente dizer: “*diga-me o que exportas e direi o que produzes*”.

Se as estatísticas apontam certa tendência do Brasil exportar cada vez mais bens básicos e cada vez menos bens manufaturados, certamente isso não se deve apenas ao fato de que existe demanda para esses bens básicos. O comércio internacional de manufaturas é muito mais dinâmico que o de matérias-primas, as quais representam apenas fração dos fluxos internacionais de comércio. O que explica então o aumento relativo dos bens primários em nossa pauta de exportação não é a demanda mundial por esses bens, mas o fato de que não temos outros produtos para exportar com a qualidade e preço dos nossos concorrentes. A China tornou-se o maior exportador mundial de bens de alta tecnologia não apenas

porque existe demanda para esses bens – o que é óbvio – mas, sobretudo, porque desenvolveu capacidade para produzi-los e exportá-los competitivamente. Tivesse o Brasil a mesma capacidade, também estaria exportando bens de alta tecnologia, sem que isso nos impedisse de exportar também commodities agrícolas e minerais, pois uma coisa não exclui necessariamente a outra. Os Estados Unidos e a Europa são, ao mesmo tempo, grandes exportadores de bens agrícolas e bens de alta tecnologia, assim como a própria China.

Mais do que falar em desindustrialização, deveríamos, portanto estar falando em perda de competitividade nos setores mais dinâmicos da indústria e, infelizmente, isso vai muito além da taxa de câmbio, embora ela seja atualmente o maior problema a ser enfrentado. Corrigido isso, entretanto, ainda restarão problemas no mínimo tão preocupantes quanto o câmbio, nomeadamente a infraestrutura deficiente, a carga tributária elevada, o sistema educacional defasado, a ausência de um sistema nacional de inovação.

Nessa perspectiva, a taxa de câmbio serve apenas como cortina de fumaça para esconder problemas estruturais até mais sérios que não se resolve apenas baixando os juros ou desvalorizando o câmbio. O grande risco, entretanto, é descobrir que resolvido o problema do câmbio continuaremos sem capacidade de competir porque nossos portos não funcionam, porque não temos o número suficiente de engenheiros em nossas fábricas, porque parte significativa da população economicamente ativa é analfabeta funcional, porque nossos institutos de pesquisa e empresas não investem o suficiente em P&D e nossos melhores cientistas e pesquisadores vão trabalhar exterior por falta de oportunidades no Brasil. Infelizmente nenhum desses problemas se resolve em uma reunião do Copom. De qualquer modo, ter uma taxa de câmbio competitiva e uma taxa de juros em níveis compatíveis com nossos concorrentes internacionais já é um bom começo.

## REFERÊNCIAS

- BIELCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa site no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Org.). *Doença Holandesa e Indústria*. São Paulo: FGV Editora, 2010. P. 207-228.
- CÁRDENAS, M. O Brasil está se desindustrializando. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 mar. 2010, p. B5.
- CHADE, J. Brasil é o país com maior crescimento das importações desde o início do ano. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 2010, p. B1.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Agosto 2010, v. 64. Indústria Os desafios do futuro.

LANDIN, R. Ministério vê desindustrialização no Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2010, p. B10.

LUZ, N.V. A Luta pela Industrialização do Brasil (1808 a 1930). São Paulo: Difel, 1961

MODÉ, L. País abre distância em ranking mundial de juros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jan. 2011. Caderno Economia. p. B3.

MONTEIRO, S. Sinal de Alerta. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, fev. 2011.

POCHMANN, M. Divisão internacional do trabalho. *Valor*, São Paulo, p. A17, 25 nov. 2010

REHDER, M. Importação de produtos de alta e média tecnologia quase triplica em seis anos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p.B1. 31 jan. 2011.

REHDER, M. Pressionadas, indústrias passam a importar mais. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B3, 10 jan. 2011.

RODRIGUES, A. Política industrial do governo Lula fecha o ano sem cumprir as principais metas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. B1, 24 nov. 2010.

RODRIGUES, A.; OTONI, L. Para Mantega, PIB de 2010 reforça que não há desindustrialização. *Valor*, São Paulo, 3 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/online/geral/8/393022/para-mantega-pib-de-2010-reforca-que-nao-ha-desindustrializacao>>. Acesso em: 18.02.2012

SOUZA, R. C. de. Desindustrialização: do que se trata? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2011, Caderno de Economia, p. B3.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento. São Paulo: Hucitec e Unicamp, 2000

TAMER, A. Abinee, há desindustrialização. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 2010, Caderno de Economia, p. B17.

THE ECONOMIST. Commodity prices are surging at a very early stage of the cycle, Jan 13th 2011, Print edition.

WATANABE, M. Déficit da indústria duplica e atinge US\$ 36,9 bi em 2010. *Valor*, São Paulo, p. A3, 20 jan. 2011.

WATANABE, M. Indústria de média-alta tecnologia puxa déficit. *Valor*, São Paulo, p. A4, 16 jan. 2012.